

RESENHA

PARA NÃO ESQUECER... LEIAM (UMA RECENSÃO À 20ª EDIÇÃO DA PUBLICAÇÃO DA CPT)

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 2004.
Goiânia, Comissão Pastoral da Terra (CPT), 2005.

DANIEL PICCOLI*

Para que todos saibam...

Já faz trinta anos de Comissão Pastoral da Terra (CPT) e vinte de **Conflitos no Campo Brasil**. Tempo suficiente para que ninguém diga: “*Eu não sabia!*”. Começamos, então, pelo fim esta nossa recensão do **Conflitos no Campo Brasil 2004**. A poesia de Ana Maria, da CPT do Amapá, no verso da capa, dedicada à Irmã Dorothy Stang: “*Todos sabiam... Também desta vez!*”.

É para todos saberem mesmo: Governos, INCRAS, fazendeiros, madeireiros, Igrejas, Sociedade. É para isso que a CPT publica este caderno de conflitos no campo. Uma publicação inédita, diferente, corajosa, que chega ao seu vigésimo número com a edição mais volumosa da série: 230 páginas ricas em dados, números, gráficos, tabelas, análises, artigos, documentos, retratos e poesia. Mais uma vez, somos gratos à CPT, à Equipe de Documentaristas, a tantos quantos realizaram este paciente trabalho de relatar, documentar, arquivar, selecionar e guardar essa triste memória da vida ameaçada e violentada... *para que todos saibam!*

Todos saibam... das causas da violência no campo

É justo que o **Conflitos no Campo Brasil 2004** comece, pelo menos uma vez, ao feminino. Adelaide, Dorcelina, Ana, Luciana, Rose, Urana, Maria, Dorothy... uma lista de nomes de mulheres assassinadas. Para que todos saibam que a violência não poupa as mulheres, nem no campo nem na cidade. Ao feminino, é justo, para que todos saibam da resistência e da luta das mulheres. Ao feminino, também, para não esquecer da ternura e do carinho das que inventam, todos os dias, a vida em centenas de ocupações, acampamentos, marchas, assentamentos. Ao feminino, sim, principalmente porque a terra é mãe, parteira, companheira. Feminina.

É justo, também, que, depois das mulheres, o **Conflitos** nos lembre do genocídio dos povos indígenas – “*Índio sem território é um índio morto!*” –, para que ninguém se esqueça que, antes de ser Terra de Santa Cruz, esta é *Terra de Índio, Pacha Mama, Mãe Terra*. Terra invadida, ocupada pelo poder de Portugal, dos coronéis, dos grandes grupos, que “*virou privilégio, poder político, base de exclusão, força de apartheid*”, nas palavras de Herbert de Souza (Betinho), na **Carta da Terra**. Virou renda, poder, campo cercado, sorte de poucos e desgraça de tantos. No Brasil, de ontem e de hoje, continua sendo um verdadeiro campo de batalha.

O **Conflitos no Campo Brasil 2004** analisa as causas da violência desde Minas Gerais, coração do Brasil. Bem lembrado: “águas gerais” e, agora, “crateras gerais”! Mineração, eucalipto, soja, latifúndio e, hoje, *agro-negócio*, tomaram conta dos Gerais. A devastação do cerrado já chega a 90%! Ai de quem ousa atravessar o caminho! Iraguiar, Miguel, Francisco, Juvenal e Joaquim, em Felisburgo; Nelson, João Batista, Eratóstenes e Ailton, em Unaí: era pra saber! Dom Tomás Balduino, atual presidente da CPT, falou com todas as letras: “o *agro-negócio* chefia o crime!”¹ É o velho e atrasado latifúndio, agora disfarçado de moderno, de “agro-negócio”, o mandante? Não é possível! O “Brasil que deu certo”?!

Desde o *Rei do Gado* até a atual *América*, não só as novelas globais mas a imprensa em geral, técnicos, políticos, doutores e doutorandos têm endeusado o agro-negócio, o único *business* capaz de tirar o Brasil do atraso e do atoleiro, com suas milagrosas exportações. Todos já sabem dos milhões de toneladas de grãos exportadas, dos números da balança comercial, do superávit... Todos, agora, devem saber também que o agro-negócio deve mais de trinta bilhões de reais e, se o Estado não se dispusesse a renegociar permanentemente suas dívidas (perdoando parte delas, inclusive), estaria falido! Que ele produz menos de 10% de todos os alimentos que nós comemos. Todos devem saber, ainda mais, que o agro-negócio só emprega 2,5% de toda a mão-de-obra ocupada no campo. É preciso que todos saibam (e por isso a CPT edita o **Conflitos no Campo Brasil 2004**) que o agro-negócio é o mandante social e político dos massacres de Unaí (MG), Felisburgo (MG) e Anapu (PA).

Se isso não bastar, a nova edição de **Conflitos no Campo** traz informações inéditas também sobre a “economia das drogas” e o “polígono da maconha”. Uma outra face da violência e dos “negócios” no campo, na qual as vítimas, além das lideranças camponesas, são jovens, do sexo masculino, entre 15 e 34 anos de idade. Uma agro-indústria ilícita que produz relações trabalhistas irregulares numa região onde não existem alternativas, desde os tempos de Canudos e do Cangaço. Resultado: entre 1980 e 1995 foram assassinados 1.358 jovens entre 15 e 29 anos na região do Sub-Médio São Francisco, na sua maioria camponeses ou para-rurais. Quem sabia disso?

Todos saibam... da impunidade e do conúbio entre o latifúndio e o Poder Público

Já sabemos. Faz vinte anos que a CPT publica os números dos conflitos: ocupações, despejos, expulsões, ameaças, assassinatos. Tudo documentado, tabelado, por região, estado, município, localidade, data, número de famílias/pessoas envolvidas, ameaçadas, assassinadas. Números alarmantes, absurdos, subestimados, certamente, pois este Brasil é imenso e a CPT não chega a todos os recantos para documentar. Números que revelam a barbárie neste Brasil “cordial”. No **Conflitos** encontramos mapas, gráficos e, agora, também índices. A CPT criou três indicadores acerca da conflitividade e da violência no campo:

¹ Dom Tomás Balduino. “O agro-negócio chefia o crime no Pará” (entrevista). **Caros Amigos**, 96. São Paulo, Casa Amarela, mar., 2005.

- a) O *Índice de Conflitividade*, medido pelo número de conflitos e pessoas neles envolvidas;
- b) O *Índice de Violência do Poder Privado*, medido pelo número de assassinatos e famílias expulsas;
- c) O *Índice de Violência do Poder Público*, por meio da ação do Poder Judiciário (sic!), medido pelo número de ordens de prisão exaradas e pelo número de famílias despejadas.

Cada região e cada estado têm o seu índice. Uma violência da *ordem-que-aí-está*. A violência dos aparelhos de Estado para garantir segurança a poucos, os donos das terras do campo e das cidades. A mesma violência “oficial” contra os sem terra, os sem teto, os sem emprego! A “violência do poder público” a serviço da “violência do poder privado”! É preciso muita ousadia, muita coragem para escrever isso. Muito estômago, também, para aceitar esse conúbio sacramentado e garantido por séculos de impunidade.

Todos devem saber que de 1985 a 2004 foram 1.379 assassinados no campo. Só 75 julgamentos e somente 15 mandantes condenados. A falta de justiça e a impunidade alimentam a violência, enquanto forças “ocultas” e outras bem conhecidas tentam desqualificar os dados apresentados pela CPT, calando com pouco dinheiro as vozes mais proféticas, como a de Irmã Dorothy².

O **Conflitos no Campo Brasil** já vem dizendo há tempo, mas muitos não querem ouvir. A violência do latifúndio se confunde com a violência oficial. Toda vez que o latifúndio se sente ameaçado, reage, usa, se vale desta. A geografia da violência no agro-brasileiro está recalcada sobre a geografia do agro-negócio! Onde mais prospera o modelo agrário-agrícola baseado no latifúndio, na monocultura e nas grandes empresas moderno-coloniais, atualmente denominadas de agro-negócio, mais cresce também a violência. Violência que mata à bala ou aos poucos, de super-exploração e trabalho escravo.

Todos saibam também... dos conflitos pela água e do trabalho escravo

Não se mata só por terra, não! No Brasil, mata-se por água também. Em 2004, a CPT registrou 60 casos de conflitos pela água envolvendo 21.449 famílias. Tais conflitos têm crescido nos últimos anos e revelam as contradições do modelo de desenvolvimento para o campo. A mesma cerca do latifúndio cerca e concentra também a água, riqueza cada dia mais rara e preciosa.

O mundo já brigou por território, recursos naturais e petróleo. As próximas guerras serão por água doce e pelo controle da biodiversidade. O Brasil é rico em água doce e em biodiversidade. Itaipu, Sobradinho, Tucuruí e as grandes

² Na entrevista acima citada, Dom Tomás Balduino apresenta uma tabela de preços de mortes encomendadas: “Padre, líder de grupo sem-terra, deputado, R\$ 20.000; vereador, R\$ 15.000; sindicalista, R\$ 10.000; pistoleiro morto em queima de arquivo, R\$ 8.000; líder de assentamento, R\$ 5.000. Agora, R\$ 100.000, caso especial do frei Henri des Roziers, da CPT de Xinguara, condecorado pelos governos da França e do Brasil” (cf. “Dom Tomás Balduino, o patriarca da terra”, 2005, p. 32).

barragens brasileiras produzem energia elétrica e muita exclusão social. O modelo energético imposto ao Brasil serve principalmente às grandes empresas nacionais, às multinacionais do setor e às distribuidoras, estas controladas pelo capital internacional. Mais uma vez, o Estado se faz fiador dos interesses do grande capital privado nacional e internacional. O que menos importa são os atingidos pelas barragens e o meio-ambiente.

Que bom que a CPT casou terra e água, desde a criação separados e casados, para dar espaço à vida na terra. Terra, água e direitos, de um lado. Cerca, barragens e correntes, do outro. O país do latifúndio, da terra grilada, da cerca e das grandes barragens é também o país das correntes do trabalho escravo. Casa-grande e economia de escravidão: tudo a ver! Graças à CPT, também, hoje o Brasil todo sabe que 2.849 trabalhadores escravos foram libertados em 2004. Sabe também que *“onde a agricultura está em um processo de inserção numa economia moderna de mercado [leia-se agro-negócio!] é que se encontra a maior incidência de trabalho escravo”* (**Conflitos no Campo Brasil**, p. 119, colchete nosso).

Querem saber mais sobre trabalho escravo? Vereadores, deputados estaduais e federais, senadores, a fina flor do Partido da Frente Liberal (PFL), indiciados, acusados, condenados por manterem trabalhadores em situação de escravidão! Uma “lista suja” de bacanas e fazendas elaborada pela organização não-governamental Repórter Brasil a pedido da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos: soja, algodão, café, cana-de-açúcar, carvão, eucalipto e carne. 80% dos casos de trabalho escravo contidos nesta “lista suja” foram encontrados neste último ramo de atividade, principalmente no “arco do desmatamento” da Amazônia, região da atual fronteira agrícola do país.

Por fim, todos sabem, e os leitores do **Conflitos no Campo Brasil 2004** mais ainda, que *“a erradicação do trabalho escravo só virá com redistribuição. De renda, de terra, de justiça”* (idem, p. 124). As raízes do trabalho escravo no Brasil não foram erradicadas em 13 de maio de 1888. Pior que isso: as raízes da escravidão tornaram-se mais firmes e profundas com o avanço do “progresso” e da “modernidade” no campo. Reforma agrária, agricultura camponesa, *campesinato*: tudo atrasado! Viva o agro-negócio! E viva também a agricultura familiar, possivelmente integrada e agregada! Mas isso já é outro assunto polêmico, que merece ser debatido em outro espaço.

“Açúcar com gosto de sangue”

O **Conflitos no Campo Brasil 2004** contém ainda uma seção com notas emitidas pela CPT e outros documentos importantes, como a *Carta da 17ª Assembléia da CPT*, realizada em maio de 2004 na cidade de Goiânia (GO), e a nota da CPT Nordeste sobre a expansão da monocultura da cana no Brasil e os efeitos maléficos do agro-negócio *“gerador de desigualdade social, de degradação ambiental e trabalho escravo”* (idem, p. 209)³.

³ Cf. Comissão Pastoral da Terra (CPT), “Açúcar com gosto de sangue: nota da CPT sobre a expansão da monocultura da cana no Brasil” (documento). **Cadernos do CEAS**, 212: 93-94. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, jul.-ago., 2004 (Nota da Redação).

O **Conflitos** termina dando conta ao leitor e a quantos estiverem interessados da metodologia do Setor de Documentação da CPT, dos procedimentos e conceitos utilizados na compilação deste caderno de conflitos. Severino Cavalcanti, presidente da Câmara dos Deputados, que atacou o combate ao trabalho escravo, e o vice-presidente da República, José Alencar, que declarou publicamente não ter certeza da existência de escravidão contemporânea no Brasil (idem, p. 121), precisam ler tudo isso com muita atenção!

Agora, todos sabemos! Obrigado, CPT!

* *Daniel Piccoli é assessor da Equipe Rural e membro do Conselho Editorial dos **Cadernos do CEAS**. Do mesmo Autor, ver “Direito à luz: mobilização contra a exclusão elétrica no Sudoeste da Bahia” (relato) (**Cadernos do CEAS**, 213: 31-41. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, set.-out., 2004). [danielpiccoli@uol.com.br]*